

AMOR EM TEMPO DE GUERRA: AS “MADRINHAS DE GUERRA” NO CONTEXTO DA GUERRA COLONIAL PORTUGUESA (1961-1974)

FERNANDO MARTINS¹

RESUMO

O fenómeno político-militar, mas também social, designado em Portugal e na Europa como “madrinhas de guerra”, emergiu e consolidou-se durante a Primeira Guerra Mundial. As “madrinhas de guerra” nasceram de uma fatalidade que aquele conflito militar provocou e que depois se reproduziria em muitos outros ao longo do século XX. Após a intervenção na grande guerra, e para além do desenrolar de algumas campanhas de pacificação em territórios coloniais, ou da participação de voluntários portugueses na guerra civil de Espanha, Portugal e os portugueses mantiveram-se à margem de quaisquer grandes conflitos militares que fizeram o mundo depois de 1919, como foi o caso da Segunda Guerra Mundial ou da Guerra da Coreia. Só em março de 1961 voltaram os portugueses a ser chamados para pegar em armas. Não tardaria muito tempo para que, à sombra do movimento nacional feminino, o fenómeno das “madrinhas de guerra” ressuscitasse. É esse ressuscitar, enquanto fenómeno de mobilização político-ideológico e social envolvendo milhares de mulheres portuguesas, que trata este texto.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal; colonialismo; guerra colonial; movimento nacional feminino; estudos de género.

ABSTRACT

The military-political and social phenomenon known in Europe as “godmothers of war” emerged and was consolidated during the First World War. The “godmothers of war” were born from a military conflict whose nature was reproduced in many others throughout the twentieth century. After intervening in the Great War, and beyond the conduct of some pacification campaigns in colonial territories, or the participation of Portuguese volunteers in the Spanish civil war, Portugal and the Portuguese remained within the margins of any major military conflicts around the world after 1919, as was the case of World War II or the Korean War. Only in March 1961 the Portuguese were called to take up arms again. Shortly after, as a fabrication of the national movement for women, the phenomenon of “godmothers of war” would rise once again. It is this rise, consolidation and shortcomings of an important political, social, and

¹ CIDEHUS e Departamento de História da Universidade de Évora - Portugal.

ideological phenomenon, involving thousands of Portuguese women that is approached and dealt with in this paper.

KEYWORDS: Portugal; colonialism; colonial war; national movement for women; gender studies.

INTRODUÇÃO

Na sequência dos violentos ataques de março de 1961 a fazendas e pequenas povoações dispersas pelo Norte de Angola, ataques esses organizados e realizados pela União dos Povos de Angola (UPA) e que deram início a uma guerra de insurgência e de contra-insurgência que se prolongou até 1974, as autoridades civis e militares portuguesas disponibilizaram imagens das principais vítimas, em que se contavam milhares de civis indefesos, fossem eles brancos, negros ou mestiços, sendo muitos deles mulheres e crianças². Mas, a par das imagens das vítimas chacinadas pelo uso indiscriminado de catanas, machados ou canhangulos, a imprensa portuguesa, e depois a televisão, divulgaram imagens de mulheres e crianças que fugiram ou foram evacuadas das regiões de Angola onde os ataques tinham sido perpetrados ou de outras onde, bem ou mal, se supunha outros ataques poderiam ocorrer.

Independentemente das origens, das causas e dos objectivos político-militares subjacentes aos ataques da UPA e daquilo que efectivamente se terá passado a partir de meados de março no “Norte de Angola”, a verdade é que a guerra naquele território colonial português só começou verdadeiramente para as populações residentes fora das zonas alvo de violência e, sobretudo, para a opinião pública da metrópole, no momento em que começaram a ser difundidas as imagens que tinham registado a debandada de largas centenas de crianças e de mulheres e, mais tarde, os próprios massacres³. Tratava-se de gente que fugia à

² Para uma reconstrução dos acontecimentos de março no Norte de Angola e das circunstâncias que conduziram àquela explosão de violência: Pélissier, 1978: 495-526. A guerra colonial, ou de contra-insurreição, nas suas diferentes variáveis, foi contada em Cann, 1998; Afonso e Gomes, s.d., e Pinto, 2001.

³ As autoridades portuguesas permitiram que fosse divulgado um número reduzido de imagens. As que foram tornadas públicas estiveram sempre sujeitas a critérios apertados de escolha, uma vez que, embora os governos da metrópole e de Angola desejassem propagandar a violência dos insurrectos, pretendiam ao mesmo tempo limitar as leituras políticas que em Portugal e nas colónias podiam ser feitas sobre o impacto dos ataques, até porque estes punham em causa a capacidade das autoridades para protegerem pessoas e bens em toda a “província” de Angola. Como é óbvio, e em circuitos paralelos, os angolanos puderam ver inúmeras fotos dos massacres que as autoridades desconheciam ou que,

ofensiva perpetrada pela organização chefiada por Holden Roberto e que, em primeira, deu testemunho directo daquilo que se estava a passar, ou se tinha passado, a partir de 15 de março de 1961. Semanas ou meses mais tarde foram recolhidos outros depoimentos sobre a presença e a participação feminina (involuntária) no conflito. Multiplicaram-se as imagens com mulheres mortas, e quase sempre mutiladas, na sequência dos citados ataques. Mas não foi apenas através desses testemunhos que a guerra na África portuguesa envolveu directamente mulheres portuguesas nascidas na metrópole ou de origem metropolitana. O seu envolvimento era igualmente testemunhado pelo facto de algumas delas terem ficado nas regiões atacadas, nomeadamente para colaborarem na defesa dos seus bens e da sua integridade física e dos seus familiares. Por isso permaneceram nas pequenas povoações ou fazendas onde as populações locais (brancas, mestiças e negras) se organizaram e armaram para travarem e repelirem os ataques da UPA. Testemunhos de mulheres manuseando armas e dando o apoio possível à defesa civil e militar de vários pontos de resistência às incursões da UPA foi qualquer coisa única na história portuguesa desde, talvez, as guerras civis das décadas de 1830 e 1840, sendo óbvio que o papel desempenhado pelas mulheres europeias ou de origem europeia no esforço de guerra português em África está ainda por ser devidamente analisado e avaliado.

No entanto, e ainda antes dos ataques ocorridos em março, coubera a muitas mulheres residentes em Luanda, nos meses de fevereiro e março de 1961, um papel de características milicianas (PÉLISSIER, 1978: 379-394). Na sequência dos ataques perpetrados por elementos do MPLA a vários edifícios públicos em Luanda, a que se seguiram violentíssimos ataques indiscriminados por parte das forças de segurança e de colonos brancos armados a bairros de população negra localizados nos subúrbios da capital de Angola, centenas de mulheres compraram armas e iniciaram ou aperfeiçoaram a aprendizagem do uso daquelas. Paralelamente, ocorreu a promoção daquilo que seria o desejável ingresso de mulheres, em número aliás significativo, nos Serviços de Saúde e Defesa Civil do Território (COSTA, 2002: 245). Porém, se em Angola a intervenção inicial das mulheres no conflito foi

conhecendo, não desejavam que a sua divulgação fosse feita. Como relatou um soldado português que tinha ido para Angola trabalhar num hotel no Lobito em 1957, depois dos acontecimentos de março de 1961 “começaram a aparecer fotografias das atrocidades no norte [...]. Algumas foram tiradas por pessoas que conseguiram fugir. Outras por jornalistas. [...] Vimos mulheres grávidas a quem abriram as barrigas e tiraram as crianças. Mulheres com paus enfiados no sexo, homens com as cabeças cortadas e enfiadas em paus e crianças com as mãos e os pés cortados. Não era só matar, eram atrocidades. [...] tínhamos muita informação sobre isso” (PINTO, 2011: 34).

regida por esse tipo de comportamentos e atitudes, na metrópole “as organizações femininas ligadas à Igreja Católica” ou ao Estado Novo rapidamente procuraram e encontraram formas de intervir no conflito militar entretanto iniciado, colaborando no esforço social e político que ele necessariamente iria impor aos portugueses, tanto na frente como na retaguarda (COSTA, 2002: 245-246).

Ou seja, a participação directa das mulheres no esforço de guerra português, que em 1962 e 1964 se estendeu, respectivamente, à Guiné-Bissau e a Moçambique, não se ficou pela resistência, pela morte ou pela fuga aos ataques da UPA. A criação da figura da “enfermeira pára-quedista”⁴, a reformulação da acção da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa em consequência dos efeitos trágicos da guerra e, por fim, a criação do Movimento Nacional Feminino, foram acontecimentos que, embora denunciando a dimensão “nacional” e até “total” da guerra colonial ao nela envolverem sectores não militares, mostraram que a guerra podia ser conduzida nela implicando sectores da sociedade para os quais, no seu discurso ideológico e em muita da sua prática política, o Estado Novo e a história da sociedade portuguesa no seu conjunto tinham historicamente reservado um lugar que, no mínimo, poderíamos considerar “privado” ou até “doméstico”. Ou seja, independentemente da natureza ideológica do regime e das práticas políticas deste, além do carácter conservador, de matriz católica tradicional presente em importantes, influentes e numerosos sectores da sociedade portuguesa, as mulheres desempenharam, desde o início, um papel importante, muito activo, no esforço de guerra português em África. E a importância desse papel é tanto mais relevante quando é evidente que essa participação foi imposta da base para o topo e não do topo para a base da pirâmide político-social.⁵

“MADRINHAS DE GUERRA”: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E REFUNDAÇÃO

No contexto da “guerra colonial” ocorrida na África portuguesa, o fenómeno das “madrinhas de guerra” foi social e politicamente relevante como resultado da disponibilização de aerogramas através dos quais várias centenas de milhar de soldados portugueses puderam comunicar

⁴ Pequenos corpos de enfermeiras pára-quedistas foram constituídos logo em 1961 e actuaram ininterruptamente até 1974 cumprindo várias comissões nos três cenários de guerra. Veja-se o testemunho dado pela mais “antiga” dessas enfermeiras pára-quedistas, Maria Arminda Pereira dos Santos, em Pinto, 2011: 39-45.

⁵ Sobre a condição política e sócio-económica das mulheres portuguesas durante o Estado Novo: Vicente, 1999: 565-571.

de forma célere, económica e segura com os seus familiares e amigos durante cerca de treze anos. Contudo, e para que se melhor perceba o alcance do fenómeno das “madrinhas de guerra” e do meio privilegiado de comunicação com militares em missão no “ultramar” (mas também de apoio moral e material aos mesmos), que constituiu o cerne da sua acção e a razão para a sua existência, há que ter presente o contexto em que surgiram as “madrinhas de guerra”, os antecedentes e o enquadramento político-social, mas, também, de que modo o fenómeno das “madrinhas de guerra” superou aquilo que sobre si, ou sobre “elas”, havia sido antecipado. Só assim se percebe aquela que foi a sua importância relativa no esforço de guerra português desenvolvido ao longo de quase década e meia, de que forma a mobilização quotidiana de muitas mulheres para o esforço de guerra ajudou a mudar o seu papel na sociedade portuguesa, e, por fim, que esse seu esforço era consequência de importantes mudanças sociais que Portugal foi conhecendo ao longo das décadas de 1950 e, sobretudo, 1960. Ou seja, o país atrasado e conservador, no qual às mulheres, historicamente, e salvo algumas excepções, tinha sido reservado um papel muito secundário na vida pública, mudou profundamente depois da Segunda Guerra Mundial. Isso significa que a intervenção, directa e indirecta, das mulheres portuguesas no esforço de guerra ultramarino, de que a figura da “madrinha de guerra” foi um de muitos outros sintomas, revelou ser simultaneamente causa e consequência de uma profunda mudança do papel social e político das mulheres, apesar de acontecer protegido por um discurso defensor de valores tradicionais sobre aquele que era o papel da mulher na vida pública. Mas isso significa igualmente que, mesmo sem a emergência e consolidação de novos papéis sociais proporcionados pela guerra, a situação e a condição da mulher portuguesa estava já, em 1961, condenada a alterar-se e a ganhar um maior relevo. Sintoma de mudança, e não causa, foram, por exemplo, as múltiplas manifestações de contestação ao modelo político, social, cultural e até civilizacional em que assentava o regime autoritário português desde a sua criação, formação e consolidação.

Se o velho Portugal essencialmente agrícola, com escassa indústria, pouco urbanizado, conferia às mulheres um papel que era política, económica e socialmente importante mas subordinado, com as mudanças conhecidas a partir da década de 1950, e que muito aceleraram na década de 1960, nada ficou como antes. O crescimento económico acelerado empurrou as mulheres para actividades profissionais até aí reservadas essencialmente aos homens, particularmente na indústria. Por outro lado, o crescimento da riqueza disponível em muitos agregados familiares e o crescimento do sistema

educacional estatal fez com que os índices de alfabetização e de instrução das mulheres crescesse com cada vez menor lentidão naquelas duas décadas, mas em especial a partir de 1960. Havia cada vez mais raparigas nas Universidades, da mesma forma que era cada vez maior o número de mulheres exercendo as profissões de docente naquilo que hoje designamos como ensino básico, secundário e, até, universitário. Nada disso significa que o discurso oficial do regime sobre o papel das mulheres na sociedade viesse a ser substancialmente alterado até ao dia da sua queda, e que a sua posição jurídica se alterasse em termos jurídicos de forma substancial. No entanto, uma ou outra figura do salazarismo ou do marcelismo fez declarações exprimindo posições socialmente mais “avançadas”, ao mesmo tempo que legislação foi produzida com o objectivo de atenuar as desigualdades gritantes existentes entre homens e mulheres, quer do ponto de vista estritamente jurídico, quer também político, económico ou social. De qualquer modo, e correndo o risco próprio de todas as generalizações, é necessário chamar a atenção para o facto de que as actividades desenvolvidas, por exemplo, pelo Movimento Nacional Feminino (MNF), não apenas não reivindicarem qualquer alteração no papel formal desempenhado pelas mulheres na sociedade portuguesa, como pretendeu demonstrar que a realidade política e social existente garantia às mulheres o exercício de direitos necessários e suficientes.

É nessa contradição (real ou aparente), que não existia ao menos publicamente para as activistas do MNF ou da secção feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, que reside boa parte do interesse sobre o papel social e político desempenhado por milhares de mulheres portuguesas nos últimos treze anos de vida do Estado Novo. Aliás, essa constatação permite, talvez, que se pergunte se teria sido possível, sem a acção do MNF, a emergência das “madrinhas de guerra” no contexto da “guerra colonial” e, portanto, se sem uma instituição nascida à sombra do regime e do Governo teria sido permitido a muitas mulheres portuguesas, das mais variadas proveniências geográficas e sociais, desempenharem um papel valioso no esforço de guerra de um Estado. A resposta não é fácil nem definitiva. Porém, o simples facto de o MNF ter sido criado à sombra do Estado Novo, e protegido por este, revela aquilo que foi a necessidade indiscutível de utilizar a força e a criatividade de muitas mulheres que se sentiam confortáveis com as políticas da chamada “situação” e que, durante muito tempo, no que à guerra diz respeito, a apoiaram incondicionalmente.

É verdade que em Portugal, durante a Grande Guerra, como noutros conflitos militares na Europa e no Mundo ao longo do século XX, coubera às mulheres a conquista de um maior protagonismo em vários

domínios da vida social, sendo o fenómeno das “madrinhas de guerra” um entre muitos e, talvez, dos menos necessários. De qualquer modo o fenómeno existira e conhecera alguma relevância. Tinha, essencialmente, o papel de mobilizar vontades e recursos na retaguarda em prol do esforço de guerra decidido e definido por políticos mas quotidianamente influenciado e desempenhado por militares na frente de combate ou próximo desta. Transmitia-se dessa forma aos militares a convicção de que não apenas os mobilizados pelas Forças Armadas, mas toda a sociedade, a começar pelos familiares dos militares mobilizados, colaborava activamente no esforço de que a tropa era apenas a coluna avançada. A existência de “madrinhas de guerra” era um contributo mais para que os soldados se sentissem material e emocionalmente apoiados, ao mesmo tempo que concorria para que a retaguarda civil se sentisse útil porque solidária. Em resumo, promovia a comunhão em torno de uma causa sempre difícil de sustentar por muito tempo como é o caso de um conflito militar.

Entre 1914 e 1918, a importância das madrinhas de guerra foi tão grande em Portugal que mereceu uma entrada na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* que começou a ser publicada em 1936. Nela podia ler-se que uma “madrinha de guerra” era a “Protectora de um militar em campanha.” Recordava-se que “a designação” tinha aparecido “durante a Grande Guerra de 1914-1918” e que se aplicava “à criança, senhorinha ou senhora que assistia moralmente ou protegia um soldado em operações, às vezes sem conhecê-lo pessoalmente, escrevendo-lhe, enviando-lhe livros, tabaco, doces, víveres ou presentes”. E depois concluía: “Durante a nossa permanência na Flandres, senhoras de Portugal e do Brasil, francesas e inglesas, apadrinharam soldados nossos e tomaram a iniciativa de ofertas em comum para serem distribuídas pelos combatentes. A *madrinha de guerra* foi muitas vezes noiva ou esposa do afilhado”.⁶

Entre 1961 e 1974, as “madrinhas de guerra” cumpriram exactamente a mesma missão que lhes havia sido incumbida mais de quarenta anos antes. No entanto, no decurso da “guerra colonial” fizeram parte de uma estrutura que ia muito para além da realidade acima descrita. Tendo sido uma criação (ou reinvenção) do MNF, as “madrinhas de guerra” foram uma peça de uma vasta e eficiente máquina de propaganda político-ideológica, mas também de protecção aos militares mobilizados e em comissão no “ultramar” e, sobretudo, às suas famílias.

⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., v. 15, p. 862.

Fundado a 28 de Abril de 1961, dia do 72.^o aniversário de Oliveira Salazar, o MNF tivera, ainda antes da sua criação, uma primeira aparição aquando do assalto ao *Santa Maria*. Segundo o testemunho da sua líder, Cecília Supico Pinto, aquele acontecimento, que a deixara “furiosa”, fizera-a querer “avançar” não sabendo bem “para onde”, queria fazer “impetuosamente [...] qualquer coisa”. Ocorreu-lhe então que poderia “escrever cartas e abaixo-assinados de protesto, mandar telegramas, mobilizar as pessoas”. Segundo Cecília, “passadas 24 horas já nem havia impressos nos telégrafos”. A mulher de Luís Supico Pinto terá feito inúmeros telefonemas “pedindo às pessoas que mandassem telegramas e que falassem a outras pessoas” e o resultado terá sido surpreendente, especialmente pelo facto de a embaixada dos EUA em Lisboa ter sido, supostamente, inundada de telegramas em protesto “contra a posição deles”. Essa iniciativa iniciou-se em casa de uma mulher casada com um antigo ministro de Salazar, um dos seus principais confidentes e conselheiros políticos e presidente da Câmara Corporativa desde 1957. A aparente ou real popularidade da iniciativa ter-se-á ainda manifestado no facto de freiras terem participado na iniciativa, ou de cegos terem assinado documentos em “braile”. Aquando da chegada do *Santa Maria* a Lisboa, Cecília Supico garante participo na mobilização de várias dezenas de milhares de pessoas que foram a Alcântara receber o navio e, acima de tudo, terá sido decisiva para convencer Salazar a dizer algumas palavras à multidão que se amontoava no cais.⁷

Numa conjuntura diferente, pós-15 de março, Cecília Supico Pinto terá então começado a “ouvir” outras mulheres e sentido, uma vez mais, tanto da sua parte como das suas interlocutoras, uma vontade de “fazer qualquer coisa”. Se tantas mulheres se tinham juntado e cooperado durante a crise do *Santa Maria*, parecia óbvio que, uma vez mais, não podiam manter-se indiferentes. Desde meados de Março e durante todo o mês de Abril, com o golpe fracassado de Botelho Moniz pelo meio, Cecília Supico Pinto trabalhou no sentido de criar um movimento que viria a designar-se MNF. Segundo a própria, Salazar não saberia nada ou saberia muito pouco sobre os seus desígnios. Só a 28 de Abril, Cecília Supico Pinto terá telefonado a Salazar pedindo-lhe que

⁷ Há uma outra versão desses acontecimentos e que garante ter sido o ministro da Presidência, Pedro Theotónio Pereira, a convencer Salazar a receber no porto de Lisboa o navio resgatado aos seus assaltantes e a aceder dirigir umas palavras a uma multidão de 100 mil pessoas que se dirigira àquele local para dar as boas vindas ao *Santa Maria* e demonstrar o seu apoio e solidariedade ao regime e ao seu líder (MARTINS, 2004: 918-919; e The National Archives, Kew, Surrey, FO179/585, “Da Embaixada do Reino em Lisboa para o Earl of Home”, 22 Fev. 1961, Despacho n.º 15).

assistisse na televisão, à hora do jantar, à notícia da criação do MNF. Ainda segundo Cecília Supico Pinto, Salazar terá sido informado de que era natural que aquele movimento nascesse no dia do seu aniversário, embora tivesse acrescentado, para responder a uma pergunta de Salazar, que não sabia bem aquilo que iria fazer. Convém sublinhar que o êxito e a eficácia do MNF não dependeu apenas do apoio governamental ou das simpatias que foi conquistando junto de vários sectores da opinião pública. O aproveitamento da força, da influência e da presença das Vicentinas, espalhadas um pouco por todo o país e junto dos mais variados grupos sociais, foi essencial para garantir o êxito e a eficácia imediata e, a prazo, do MNF (VIEIRA, 2000: 476-477)⁸.

Segundo os estatutos, e com garantia dada pela própria Cecília Supico Pinto, o MNF “era independente do Estado e não era político, apenas patriótico”. No MNF podia entrar “quem quisesse, de qualquer classe, credo ou cor”. Aliás, e segundo a mesma Cecília Supico Pinto, o êxito do movimento dependia da verossimilhança dessa mensagem. Por isso mesmo, a sua fundadora manteve-se durante alguns meses numa posição relativamente discreta, de modo a evitar que uma “série de pessoas” ficassem “ofendidas por não serem chamadas e [pudesse] estragar-se a ideia do movimento”.

A ACÇÃO DO MNF

Tal como a secção feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, o MNF pautou a sua acção pela criação e aperfeiçoamento de um conjunto importante de medidas legislativas e de mobilização de recursos materiais e morais que seriam decisivos para a melhoria da eficácia do esforço de guerra, embora mereça destaque o apoio que deu à chegada de refugiados oriundos do Estado Português da Índia após a invasão e ocupação deste por tropas da União Indiana a 18 de dezembro de 1961 (ANTUNES, 1995: 421-423).

Para se perceber a importância e o alcance do MNF – para além de toda a propaganda que foi feita destacando os seus méritos ou a “lenda negra” criada para sublinhar ou inventar deméritos e práticas política, ética e moralmente reprováveis –, é importante recordar que, no início da guerra nas colónias portuguesas, as Forças Armadas não se encontravam apenas relativamente mal preparadas “técnica e operacionalmente” para enfrentar situações novas e extremas. Na realidade não existia um “enquadramento” legal nem existiam “meios institucionalizados, mesmo rudimentares, de apoio a militares em

⁸ Refere-se ao braço leigo da ordem das Irmãs de São Vicente de Paulo.

situação de guerra. Por exemplo, e como perceberam, entre outros, as dirigentes do MNF, não existia legislação” que regulasse os “casos de morte e ferimento em combate, nem para as situações de campanha, nem muito menos para apoio às famílias dos mobilizados”. Não estavam previstas “situações especiais decorrentes da guerra, da morte à incapacidade, da pensão de sangue à trasladação dos corpos, do aprisionamento à captura de militares em operações militares”. Nada, ou quase nada, estava previsto quanto ao pagamento de vencimentos, “distribuição de correspondência” ou gozo de “licenças de férias”. Ora a primeira resposta do regime a estas falhas fez-se, justamente, através de organismos não estatais como o MNF e a Secção Feminina da CVP (AFONSO; GOMES, s. d.: 276), a que haverá que juntar algumas organizações femininas ligadas à Igreja Católica, como as já citadas Vicentinas, a Cáritas e a Liga Católica Feminina. Dependendo do Estado e do regime, puseram-se em campo a Obra das Mães e a Mocidade Portuguesa Feminina, que, embora criadas para outros fins, apareceram associadas em muitas iniciativas depois de iniciada a guerra. Especialmente criada com o deflagrar do conflito, além do MNF e da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, foi a Comissão de Assistência ao Expedicionário Açoriano. Em Angola, na cidade de Luanda, criou-se ainda a Obra Social Pró Soldado, tendo um MNF brasileiro aparecido associado ao seu homólogo português, com uma comissão constituída “por senhoras da alta sociedade” brasileira. Tendo em conta as circunstâncias políticas portuguesas, e como é natural, essas organizações femininas, ligadas à Igreja Católica, ao regime autoritário português e ao próprio Estado, foram as únicas a gozar de total liberdade de acção (COSTA, 2002:246-247).

AS “MADRINHAS DE GUERRA”

Ressuscitar as “madrinhas de guerra” foi uma das primeiras iniciativas tomadas pelo MNF. A sua (re)criação, após um desaparecimento com cerca de quatro décadas, foi anunciada em maio de 1961 e tinha como fim prestar apoio moral e material aos soldados e às suas famílias. Até junho de 1963 coube à revista *Eva* e ao *Diário Popular* (um vespertino lisboeta) dar um especial apoio à angariação de madrinhas de guerra. O objectivo da iniciativa passava pela manutenção de correspondência regular, entre militares e jovens do sexo feminino:⁹ as “madrinhas”. Estas deveriam, por correspondência, dar apoio moral

⁹ O que não significa que muitas mulheres menos jovens ou já de idade avançada tivessem sido madrinhas de vários militares.

aos militares, fazendo-lhes sentir que o “sacrifício pela Pátria” era “compreendido e reconhecido por toda a Nação” e, em especial “por todas as mulheres portuguesas”. As “madrinhas” deveriam ainda procurar contactar a família do respectivo afilhado, amparando-a moral e materialmente, recorrendo para o efeito ao Serviço Nacional das Madrinhas, caso por si sós não o conseguissem. Este terá sido aliás a iniciativa criada pelo MNF que maior adesão conquistou junto da população feminina. Além do mais, o baixo preço, a gratuidade dos aerogramas, consoante os casos, facilitavam muito o rápido e frequente contacto entre militares e seus familiares. Finalmente, através de cartas e aerogramas, jovens militares, oficiais, sargentos e praças trocaram correspondência com mulheres de diversas idades e grupos sociais, cumprindo fria ou emotivamente formalidades que não poucas vezes redundaram em matrimónios.

De qualquer modo, vale a pena notar que, por exemplo, a revista *Eva*, que colaborou activamente nessa campanha, publicou regularmente cartas de agradecimento enviadas por militares em combate e cujas destinatárias eram as “madrinhas”. Por exemplo, numa dessas cartas um soldado reconhecia, agradecendo à revista o seu empenhamento, que a sua “madrinha” lhe tinha “incutido são princípios dos quais andava arredado, e insuflado muita coragem”. As cartas que recebia tinham ainda o condão de lhe transmitir optimismo e elevar o “moral”. Durante os treze anos de guerra, várias revistas publicaram anúncios de soldados pedindo “madrinhas de guerra”. Nesses anúncios os jovens faziam a sua caracterização e definiam o tipo de madrinha que gostariam de ter. Por outro lado, e numa outra ocasião e circunstância, Manuela Doutel, da Comissão Distrital do Porto, afirmou que o “Serviço” das “Madrinhas” não se limitava a estabelecer a habitual correspondência de cartas e encomendas para os soldados, mas ia mais longe, procurando prodigalizar às famílias o ambiente de “carinho” e “conforto mínimo”, tentando fazer com não se sentissem desamparadas ou esquecidas.

Embora o número de madrinhas de guerra tenha conhecido altos e baixos, não sendo sequer possível aferir até que ponto o número de madrinhas inscritas equivalia ao cumprimento por estas dos deveres mínimos que a sua missão ao menos teoricamente impunha, a verdade é que nada permite desmentir que o serviço de “madrinhas de guerra” e distribuição de correspondência tal como existia no âmbito do MNF em 1965 não pudesse incluir um total de 24 mil mulheres¹⁰.

¹⁰ Em 1965, o número total de militares em serviço nos três “teatros de operações” era de 97181 efectivos. Distribuíam-se da seguinte forma: 57073 em Angola, 22856 em

Fosse como fosse, boa parte da eficácia das “madrinhas de guerra” dependeu do facto de, um mês e meio após a formação do MNF, terem tido lugar iniciativas que conduziram à concessão de isenção de franquia postal para os militares expedicionários e suas famílias (concretizada na portaria n.º 18545, de 23 de junho de 1961, assinada pelos ministros das Comunicações e do Ultramar). A portaria estabelecia que ficavam isentos temporariamente do pagamento de porte de sobretaxa aérea, as cartas e bilhetes-postais com correspondência de índole familiar, que fossem expedidos para qualquer ponto do território português, pelo pessoal dos três ramos das Forças Armadas ou das corporações militarizadas destacadas nas Províncias Ultramarinas, bem como os expedidos do continente e ilhas adjacentes para aquele pessoal, pelos seus familiares e madrinhas de guerra. Dessa forma, o MNF deu corpo a uma das suas mais importantes e conhecidas iniciativas, a emissão de aerogramas militares (BARREIROS, s.d.: 29). Foi o general Gomes de Araújo, na qualidade de subsecretário adjunto da Defesa Nacional (por ofício 14 de julho de 1961) quem considerou o MNF como a entidade indicada para o fornecimento e distribuição dos aerogramas, cabendo ao MNF o envio de aerogramas aos comandos militares. Entre 1961 e 1974 o MNF editou mais de 300 milhões de aerogramas (com o preço de 20 centavos cada), dos quais 40 milhões até 1967. No endereço dos aerogramas e cartas escritas para o Ultramar não deveria constar em caso algum a referência à Província Ultramarina de destino, à localidade onde o militar se encontrava ou à unidade a que pertencia. Além do nome, posto e número do destinatário, somente se poderia indicar no endereço o número do Indicativo Postal Militar respectivo, mais vulgarmente conhecido por número do SPM (Serviço Postal Militar), fornecido pela unidade mobilizadora antes do embarque.

Apesar de terem existido madrinhas com dezenas ou até centenas de afilhados, e de a grande maioria das mulheres não ter querido ou não ter podido desempenhar o papel de madrinha de guerra, a verdade é que a correspondência trocada, as idas de algumas madrinhas de guerra a zonas relativamente próximas daquelas onde as tropas portuguesas combatiam, a começar pelas realizadas várias vezes por Cecília Supico Pinto, o apoio material dado pelo MNF e pelas “madrinhas” aos familiares de militares em comissões e aos próprios militares, tornaram popular e eficaz o MNF e as “madrinhas de guerra”. No entanto, nos derradeiros anos do marcelismo, com a crescente

Moçambique e 17252 na Guiné-Bissau (Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988: 259).

contestação à guerra e ao curso da política colonial, a capacidade de mobilização do movimento foi decrescendo. Aliás, o fracasso em que se tornou a edição pelo MNF das revistas *Presença* e *Guerrilha* demonstram bem os limites do seu êxito. Por outro lado, a frequente presença do MNF e das suas iniciativas nos *media*, a par do carisma da sua líder de sempre, também ajudam a perceber e a relativizar a dimensão da eficácia do MNF e do fenómeno das madrinhas de guerra.

CONCLUSÃO

Apesar de grande parte do discurso sobre o MNF e as “madrinhas de guerra”, entre 1961 e 1974, ter sido em boa medida propagandístico e autocongratatório, a verdade é que a sua utilidade e eficácia político-ideológica na mobilização de vontades “femininas” e de recursos morais e materiais em prol do esforço de guerra português foi muito relevante, não valendo a pena repetir aquilo que concretamente foi feito. Para além disso, a existência do MNF e das “madrinhas de guerra” num dos períodos mais críticos da história do Estado Novo, demonstra que a natureza do regime – social, cultural e politicamente conservador ou até reaccionário – não o impediu de dar às mulheres, sob certas condições e reservas, um papel político e social que em teoria qualquer observador imparcial julgaria inimaginável. E esta questão é importante porque o papel das mulheres no esforço de guerra pós-1961 não se limitou aos formalismos definidos pelas orgânicas e estatutos das organizações criadas ou reinventadas para enfrentar uma situação limite para um corpo colectivo que, ao fim de treze anos de guerra, estava profundamente dividido sobre a sua racionalidade política e justeza moral. Colaborar activamente com uma organização feminina destinada a dar apoio político, mas sobretudo humanitário, a uma guerra, aos seus protagonistas e às suas vítimas, proporcionou a muitas mulheres portuguesas, no Portugal “metropolitano” e no Portugal “ultramarino”, o desempenho de funções sociais e o arregar de responsabilidades políticas que aceleraram as mudanças sobre o lugar e o papel da mulher e que se vinham verificando desde finais da década de 1940.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos. *Guerra Colonial*, s.l., Editorial Notícias, s.d.
- ANTUNES, José Freire. *A Guerra de África. 1961-1971*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- BARREIROS, Eduardo; BARREIROS, Luís. *Guerra Colonial 1961-1974. História do Serviço Postal Militar. Aerogramas Militares. Catálogo*, s.l., s.d.
- CANN, John P. *Contra Insurreição em África: o modo português de fazer a guerra, 1961-1974*. São Pedro do Estoril: Atena, 1998.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA (1961-1974). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, 1º vol., *Enquadramento Geral*. 2ª ed. Lisboa: Estado Maior do Exército, 1998.
- COSTA, Maria Augusta Faria da. *Guerra Colonial – O Papel das Mulheres. A Ausência da Presença?* Dissertação [Mestrado em História de África]. Lisboa, 2002.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d. v. 15.
- MASCARENHAS, João Mário (Coord.). *O Estado Novo e as Mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização*. Lisboa, CML, 2001. p. 79.
- PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961)*, s.e., 1978.
- PINHO, Maria Eugénia Ferreira Alves de. *“Na retaguarda da Guerra”. O Movimento Nacional Feminino de S. João da Madeira (1963-1974)*. Dissertação [Mestrado em História Económica e Social Contemporânea]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. 2 v.
- PINTO, António Costa. *O fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1974*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- PINTO, Nuno Tiago, *Dias de coragem e de amizade. Angola, Guiné e Moçambique: 50 histórias da guerra colonial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.
- PRESENÇA, n. 1, 1963, *Jornal Guerrilha*; emissão de rádio intitulada *Espaço*.
- SANTO, Sílvia Espírito. *Adeus, até ao meu regresso. O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- VICENTE, Ana. Mulheres. In: DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, volume VIII, *Suplemento F/O*, BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), 1.ª ed., Porto: Figueirinhas, 1999, 565-571.
- VIEIRA, Maria do Pilar S. A. Irmãs de São Vicente de Paulo. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal, C-I*, Rio de Mouro, 2000. p. 476-477.